

## XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

### O papel da reportagem investigativa na constituição da “comunidade interpretativa”: um estudo sobre o caso Tim Lopes<sup>1</sup>

Márcio Castilho<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense (UFF)

#### Resumo

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a chamada reportagem investigativa na constituição da “comunidade interpretativa” jornalística a partir da análise das matérias de O Globo no caso Tim Lopes. Pretendemos esclarecer algumas questões sobre o papel do repórter investigativo, aspecto defendido e valorizado no noticiário, na formação da identidade profissional do jornalista. Ao rememorar a trajetória de Tim Lopes e o martírio da vítima em sua última apuração, os produtores de notícias acabam por reforçar o papel social da imprensa e legitimar a atuação do jornalista como investigador agindo em favor do interesse coletivo e do bem comum.

#### Palavras-chave

Jornalismo; identidade; narrativa

#### Introdução

Há uma tradição de estudos americanos que discute a construção social da realidade via discurso jornalístico. Essa construção ocorre dentro de contextos sociais específicos, que determinam o que conhecemos como realidade e o modo como atuamos no mundo. Certos membros da sociedade assimilam conhecimento para lidar com uma realidade que pode não ser acessível a outros grupos e, neste sentido, compartilham códigos e regras para dar sentido ao mundo social em que vivem.

O ideal de objetividade surge como instrumento estratégico que autoriza os *media* a produzir sentidos, enquadrar as ocorrências e reinterpretar a realidade, projetando no jornalista a imagem de profissional isento e livre de manipulações. As rotinas de produção também protegem as empresas de comunicação das acusações de parcialidade, dos erros de apuração e das críticas daqueles que possam se sentir prejudicados pela reportagem. Os

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

rituais de objetividade, como consequência, acabam por legitimar a imprensa como instituição de poder no campo social. O jornalismo ocupa posição de destaque na sociedade exatamente por seu suposto êxito em permanecer neutro. Os jornalistas são legitimados por não expressar opiniões no noticiário e utilizar técnicas científicas que conferem credibilidade ao seu discurso, como informam os manuais de redação.

Tuchman (1993) assinala algumas estratégias que forjam a identidade do grupo. Dentre elas, destacam-se o uso da pirâmide invertida, concentrando todas as informações importantes no *lead*, o emprego do ponto de vista da terceira pessoa e o uso das aspas nas citações. Outras convenções jornalísticas observadas no noticiário são a inserção de duas versões diferentes do acontecimento, apresentadas numa seqüência apropriada, e a utilização de provas auxiliares, tidas como verdadeiras.

Os autores americanos percebem que a autoridade dos jornalistas não se fundamenta apenas na objetividade, que legitima o discurso do jornal. Eles produzem significados e constroem uma narrativa como forma também de fortalecer o senso de coletividade do grupo (Campbell, 1991). Seu estudo sobre o entrelaçamento entre a narrativa e a formação de um senso de coletividade, tendo como objeto o programa *60 Minutes*, converge para o foco central da abordagem de Zelizer (1992), que percebe o jornalista como parte integrante de uma “comunidade interpretativa”.

Importa afirmar que tais regras e rotinas que agendam os acontecimentos, selecionam as fontes e influenciam na produção das matérias, descritas nos estudos da tradição jornalística anglo-americana, são historicamente datadas no caso brasileiro, sendo implementadas gradualmente desde o início do século XX e encontram seu momento de inflexão a partir dos anos 1950, quando o princípio da objetividade começa a impor uma padronização ao estilo (Ribeiro, 2000). A valorização da técnica jornalística se relacionava diretamente com a defesa do profissionalismo buscando restringir a atuação daqueles que não distinguiam a fronteira entre o público e o privado.

O conjunto de códigos e símbolos compartilhados pela comunidade jornalística foi construído ao longo de um processo de mudanças na sociedade, que se refletiu sobre o fazer jornalístico, tendo características distintas culturalmente no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto no modelo norte-americano há a presunção de ouvir os dois lados implicados na

---

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

notícia, no Brasil o postulado dominante é o do pré-julgamento. Além disso, a categoria repórter investigativo, quando relacionada à editoria de polícia, sugere sobretudo uma aproximação dos ditames profissionais da própria polícia. Investigativo confunde-se assim com investigador policial.

O artigo tem o objetivo de refletir sobre a chamada reportagem investigativa na constituição da “comunidade interpretativa” jornalística a partir da análise das matérias de O Globo no caso Tim Lopes. Pretendemos esclarecer algumas questões sobre o papel do repórter investigativo, aspecto defendido e valorizado no noticiário, na formação da identidade profissional do jornalista.

### **Jornalismo e autoridade cultural**

Campbell (1991) procura demonstrar como o jornalista ajuda a fortalecer o conjunto de normas de uma sociedade, valendo-se de um conhecimento especializado, ao analisar a narrativa do programa televisivo *60 Minutes*. O autor entende que os repórteres daquele noticiário resgatavam a postura do “cidadão bem informado”, assumindo papel de mediador entre os acontecimentos e o público. E uma das primeiras tarefas do repórter bem informado é fazer com que as notícias pareçam naturais aos leitores e não exponham as operações internas e as relações de força estabelecidas para sua construção. Para isso, orientam-se por valores dominantes na sociedade, visando criar identificação com o público ao qual se dirigem. Portanto, dois valores contraditórios se apresentam para reafirmar a autoridade jornalística: a objetividade e o senso comum.

Nesse sentido, os repórteres atuam como contadores de histórias, resgatando o drama noticioso capaz de encorajar a especulação do sentido, dando organização a um “mundo frágil e frequentemente contraditório”. A notícia oferece mais do que um relato dado como objetivo e factual. Ao narrar a morte de um jornalista ou a prisão de um bandido, os meios de comunicação não estão apenas cumprindo o seu dever de informação. O leitor nem exige quantidade de dados sobre um crime. Ele quer antes respostas aos fenômenos que geram inquietude e desconforto numa linguagem que lhe seja familiar. A narrativa do programa *60 Minutes* apresenta personagens com quem o público pode se identificar. Oferece “em meio ao horror da vida, consolo no final”, a exemplo do que fazia

a tradição literária. Percebemos neste enquadramento dramático e moralizante uma estratégia que os jornalistas encontram para fortalecer o senso de coletividade do grupo. A finalidade não é apenas criar vínculo com o público, mas formar um grupo coeso.

O estudo de Campbell sobre o entrelaçamento entre a narrativa e a formação de um senso de coletividade do grupo converge exatamente para o foco central da abordagem de Zelizer (1992), que percebe o jornalista como parte integrante de uma “comunidade interpretativa”. Esta chama a atenção para o “trabalho secreto” da imprensa: “Os jornalistas apresentam os eventos através de enquadramentos explanatórios que constroem a realidade, mas sem revelar os segredos, as fontes ou os métodos de tal processo” (1992: 12).

O valor da objetividade jornalística, descrito nos estudos da tradição jornalística anglo-americana, encontra limites ao ser incorporado no Brasil. O país apresenta configuração política e cultural específica, que impõe particularidades nos processos de produção de notícias.

Partindo de uma perspectiva da historiografia da imprensa no país, Ribeiro (2000) informa que a implantação do jornalismo “moderno” no Brasil não se deu de uma forma homogênea e verticalizada. Encontrou resistências na própria configuração histórico-cultural da sociedade brasileira, com suas particularidades e ambigüidades. O modelo informativo e objetivo, adotado pelos jornais americanos, teve de ser completamente “ressemantizado” ao ser importado para a realidade do país na década de 50<sup>3</sup>.

Uma das dificuldades para a profissionalização dos jornalistas e a autonomia total do campo estava relacionada à vinculação política dos jornais até a instauração do regime militar. Segundo a autora, os jornais refletiam “o grande dilema da sociedade brasileira: o dualismo entre o formal e o real”. A organização sociocultural do país era “marcada por uma constante tensão entre modernidade e arcaísmo, entre, de um lado, a impessoalidade e a racionalidade das instituições e, de outro, as práticas oligárquicas, clientelísticas,

---

<sup>3</sup> Ribeiro aponta a década de 50 como um momento de profundas transformações na imprensa brasileira. As mudanças gráficas e editoriais dos jornais marcam a passagem do jornalismo que era centrado no discurso político e literário para o empresarial. A imprensa incorporava o modelo norte-americano que privilegiava a informação transmitida “objetiva” e “imparcialmente” em detrimento dos ideais doutrinários e da narrativa de polêmica, confronto e julgamento crítico. As mudanças reposicionam a função social do jornalista e criam um novo ideário sobre o que era o jornalismo: um campo de produção especializado e mais autônomo. As empresas se modernizam e os repórteres passam a seguir técnicas especializadas para apuração e redação de matérias. Na década de 50, as reformas do *Diário Carioca* e do *Jornal do Brasil* e o surgimento de jornais inovadores como a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora* assinalam essa nova fase da imprensa brasileira.

familiares, patriarcais e patrimonialistas” (2000: 69). Os jornais de maior circulação eram dirigidos por famílias tradicionais. Os interesses políticos se sobrepunham aos empresariais na escolha das estratégias das empresas até porque algumas dependiam das benesses oficiais na forma de empréstimos e publicidade para sua sobrevivência.

Ribeiro (2003: 147-160) amplia sua argumentação mostrando que relações políticas arcaicas – muitas vezes baseadas em laços pessoais, interesses imediatos e comradrios – financiaram a modernização da imprensa. Esse fator histórico é determinante para a diferenciação da lógica dos padrões culturais do jornalismo brasileiro em relação ao norte-americano. Se nos Estados Unidos a publicidade possibilitou o surgimento de jornais populares – de grande tiragem e baixo preço – e o desaparecimento de jornais de opinião, no Brasil a questão é mais complexa.

O equilíbrio econômico precário dessas publicações da década de 1950 só lentamente é suplantado pelo desenvolvimento econômico, via processos de modernização onde se inclui a expansão do mercado publicitário e do sistema financeiro. Entretanto, a autonomia do campo jornalístico em relação ao político é extremamente lenta.

Se a profissionalização se fez via tentativa de autonomizar o jornalismo do campo político e do literário e se, como afirma Ribeiro (Idem: 160), em relação ao campo político este processo é – por diversas razões que não vem ao caso enumerar – lento, também no que diz respeito ao campo literário essa desvinculação não é tão evidente. Apesar da ênfase discursiva, muitos jornalistas continuavam fazendo das práticas nas redações uma espécie de trampolim para alcançar – ainda que muitas vezes apenas simbolicamente – o público. Literatura e jornalismo, como mostra Ribeiro, pertencem ao mesmo sistema de bens simbólicos e só se separam, adquirindo autonomia relativa, na medida em que constituem mercados e lógicas produtivas distintas<sup>4</sup>.

Ao incorporar o ideal da objetividade, recusando vínculos explícitos com a política e com a literatura, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria, para a qual a pedra de toque foi sua inserção numa outra modernidade. E no

---

<sup>4</sup> As redações eram vistas na virada do século como espaço de prestígio intelectual. Conhecidos escritores trabalhavam na imprensa, como Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha, Olavo Bilac e João do Rio. Entre 1920 e 1950, essa tradição literária no jornalismo teve como principais representantes Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade e Ignácio de Loyola Brandão, dentre outros.

contexto dos anos 1950-1960 isso significava construir o jornalismo como fala autorizada (Ribeiro, idem, 160).

Em um texto em que discute a questão da objetividade a partir da fala dos principais atores deste processo – os homens de imprensa dos anos 1950 –, Ribeiro (2002) fornece pistas essenciais sobre a forma como as estratégias memoráveis dos jornalistas, que construíram as reformas dos jornais como uma ação de “um grupo de jovens destemidos e modernos”, são forjadas para a constituição de um discurso valorativo da modernização da década de 50, essencial para fornecer um lugar simbólico para os próprios jornalistas.

Segundo, a autora “é muito comum encontrar nos relatos reclamações em relação ao despreparo cultural e ético dos profissionais da imprensa da primeira metade do século” como na entrevista de Alberto Dines que ela reproduz: *“Não eram os jornalistas; chegavam lá e escreviam uma coisinha. Não eram jornalistas profissionais”*.

Se o ideal de objetividade tem nítida coloração ideológica, na prática, ele não se configura. Somente no discurso há um esforço neste sentido. E mesmo este aspecto nem sempre é visível. Já a prática profissional normalmente deixa claro o lado a que o jornal e/ou o jornalista estão filiados. Carlos Eduardo Lins e Silva também enfatiza esse aspecto:

*“Enquanto nos EUA a maioria dos jornalistas e dos veículos diz acreditar na objetividade e tenta praticá-la (com textos desadjetivados, contidos, com os vários lados da questão ouvidos em condições de relativa igualdade), no Brasil todos se dizem objetivos mas ninguém é. Não no sentido de que seja impossível ser, mas no sentido de que se é ostensivamente partidário na cobertura, com títulos de notícias editorializados, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular de mundo.” (SILVA, 1991:101 Apud Ribeiro, 2002)*

Esse modelo de jornalismo se impôs definitivamente no Brasil na década de 1960, sendo, segundo Ribeiro, favorecido pelo processo de concentração que liquidou os pequenos diários políticos. Por outro lado, há que se considerar que a repressão aos conteúdos – imposta pela ditadura militar – fez com que a adoção de um texto “objetivo, imparcial e neutro” se disseminasse. Construir esse modelo como possibilidade de distanciamento da opinião se transformava muitas vezes na única possibilidade de sobrevivência para muitos veículos. Mas recusar os vínculos com a política nesse momento era também essencial para os que se aliaram aos governos militares.

Se até 1964 a ação da imprensa junto ao campo político chegava por vezes a se confundir<sup>5</sup>, nos anos que se seguiram, em face da conjuntura política e econômica, houve no jornalismo a valorização de aspectos que na modernização dos anos 1950 ficaram encobertos. A ênfase a um novo tipo jornalismo, o investigativo, retirando das matérias vínculos explícitos com assuntos políticos, pode ser explicada pela configuração imposta à imprensa nos anos pós Golpe Militar. Esse tipo de jornalismo – num claro processo de autoconstrução – será enfatizado a partir dos anos 1970, quando os principais prêmios passaram a ser outorgados para jornalistas que construíram matérias com este viés.

Para a criação do “admirável mundo novo” que os governos militares queriam impor havia que existir em paralelo a ação da censura, a construção de consenso, através de alianças que se firmaram entre o poder e algumas empresas jornalísticas. O apagamento da política como debate de idéias e a construção de um discurso jornalístico denunciador, mas em outras instâncias que não as nitidamente políticas, parecem fazer parte desse contexto histórico. Os jornais, incluindo os da chamada “imprensa alternativa”, publicavam matérias de investigação sobre os mais variados temas, desde as condições de vida dos trabalhadores até poluição ambiental.

Se essas marcas permanecem nos anos 1980, há que se considerar também o confronto que se estabelece no jornalismo, desde o final da década anterior, a partir de uma dualidade que se cria: a relação política x mercado (ROXO, 2002). Os anos 1970, como observa Lins e Silva, também citado pelo autor, significaram uma hipertrofia no jornal do plano político. Já os anos 1980 deveriam representar uma opção pela parte técnica jornalística. O jornalismo – agora graças à ação das próprias empresas jornalistas – implementou uma outra modernização, transformando o jornalismo num negócio rentável, na esteira da consolidação do capitalismo na esfera econômica. Modernizar significava aderir ao projeto político-administrativo estabelecido pelos jornais, cuja eficácia estava centrada numa modernização agora implementada pelas empresas.

---

<sup>5</sup> As crises de 1954 e 1964 são exemplos gritantes do vínculo dos jornais com a política. Em 1954, grande parte da imprensa se mobilizou na campanha pela renúncia do presidente Getúlio Vargas após o crime na Rua Toneleros de que teria sido vítima o jornalista Carlos Lacerda, da Tribuna da Imprensa. Lacerda travaria um embate com o periódico Última Hora, financiado por Vargas. O agravamento da crise política levaria o presidente ao suicídio em 24 de agosto de 1954. Em 1964, o movimento militar que derrubou o regime constitucional tinha como suporte estratégico os jornais de maior circulação. Cf ABREU, Alzira Alves (2002) sobre a modernização da imprensa no período 1970-2000.

Dessa forma, continua o autor, se na década de 1950-60 os manuais de redação serviram como instrumentos de orientação técnica, “na década de 80 passaram a servir como instrumento de controle e de adesão ideológica do jornalista ao projeto do jornal”. Enfatiza também que “métodos quantitativos e impessoais – típicos de uma nova racionalidade administrativa – passaram a ser usados com o mesmo objetivo”.

Decorre desta nova concepção empresarial uma mudança no perfil do jornalista. Exige-se dele cumprimento de prazos mais rigorosos para fechamento de matérias, textos mais curtos e versatilidade para assumir outras atribuições dentro do jornal. Uma outra mudança – ainda mais importante, tendo em vista o objeto deste estudo – ganha força a partir dos anos 1980: a questão da exclusividade das matérias, como estratégia simbólica de construção de autoridade. O jornalista deveria ser – cada vez mais – aquele que podia não só revelar o que ficava oculto, mas a quem caberia descobrir fatos, acontecimentos, denunciando-os ao público. Sem a sua ação investigativa, não haveria sequer notícia.

Numa espécie de estratégia memorável, recupera uma categoria essencial para a construção do simbolismo da profissão de repórter, quando do seu aparecimento no início do século: o “furo”. O fato de dominar um conhecimento inédito evoca um lugar de poder, o que justifica permanente preocupação do repórter em se autoconstruir como investigador.

Se quando da constituição da profissão de repórter, a importância da notícia inédita era vinculada ao gosto do público “sempre sequioso por novidades” (Barbosa, 1996, p. 187), agora se construía uma nova categoria de jornalista – o investigativo – que trazia para o campo outra característica: era capaz de configurar – e a ele era dada esta outorga – a própria notícia, a partir de seu “faro” investigativo. Com isso, ampliava sua ação frente a outras esferas sociais.

### **O jornalista e o investigador**

A categoria de jornalista investigativo tende a se manifestar na cobertura policial, lugar onde o trabalho de profissionais como Tim Lopes se confunde com as atribuições de investigador. O repórter da TV Globo esteve na fronteira entre esses dois territórios – o do jornalismo e o policial.

Há que se considerar que repórteres policiais não gozam de grande prestígio na hierarquia das salas de redação. No sistema de divisão de poderes dentro do jornalismo, têm menos capital simbólico do que um repórter de economia ou política. Reivindicar para si o papel de investigador, dominar um conhecimento inédito ou trazer o “furo” para o chefe da redação deve ser visto, nesse sentido, como estratégia capaz de conferir ao jornalista investigativo maior poder simbólico.

Tim Lopes pertencia a um grupo, dentro da reportagem policial, que está ligado ao ideário romântico da profissão: o jornalismo investigativo. Sua atuação se identificava com a prática do “verdadeiro jornalismo”, responsável por denunciar os escândalos, relatar os dramas humanos, investigar a corrupção nas esferas públicas e o crime organizado nas favelas. Desde suas primeiras incursões no jornalismo, Tim Lopes fazia dos disfarces a sua marca para apurar matérias investigativas. Quando atuava no extinto jornal “Repórter”, usou capacete e botas de operário para denunciar as precárias condições de trabalho na área da construção civil durante o Governo Militar.

*“O talento especial para o jornalismo investigativo estava mesmo no sangue de Tim Lopes. Em 1979, em início de carreira, o jovem repórter, com então 26 anos, ganhou o reconhecimento e elogios dos editores do Jornal “Repórter” (uma publicação de esquerda editada no Governo Figueiredo) com uma reportagem sobre a vida sofrida dos operários que construíam o sistema metrô. Tim havia se passado por servente para conseguir trabalhar, durante dois dias, no canteiro de obras instalado na Rua Ana Néri, no pé do Morro da Mangueira” (“Um repórter peão para toda obra”. O Globo, 12/06/2002, pág. 16)*

O jornal destaca a juventude de Tim e o reconhecimento por parte da comunidade jornalística por ele ter se transformado em investigador, se disfarçado, usado portanto falsa identidade para fazer a sua matéria. Esse aspecto é extremamente valorizado no jornalismo, pois assim a profissão se transforma em algo simbolicamente maior: não é apenas relato dos fatos, mas vivência quotidiana das transgressões, descobertas, desvelamento. Mais importante do que informar é descobrir. O jornalista, nesse sentido, não se constitui apenas como intérprete autorizado da realidade. Ele desvela o oculto para o público e ajuda o Estado em tarefas que seriam de outros sujeitos. Torna-se uma espécie de agente não delegado do Estado.

Assim, Tim construiu sua trajetória como aquele que – para ser jornalista – deveria vivenciar a vida de outros de modo a desvendar para o leitor um mundo desconhecido.

Como repórter, ele tinha por delegação a tarefa de torná-lo conhecido. Para isso, transmutava-se em um outro personagem, ocultando sua própria identidade. Importa observar, no entanto, que em nome do “verdadeiro” jornalismo ações consideradas em princípio inomináveis são validadas.

Aos colegas de profissão, Tim dizia se inspirar no repórter Octavio Ribeiro, o “Pena Branca”, conhecido jornalista que obtinha informações antes de a polícia ter acesso ao local da ocorrência. “Pena Branca” projetava a figura do profissional de imprensa como “herói solitário”, aquele com autoridade para cobrar justiça e resolver os problemas da sociedade. Entendemos que essa idealização do jornalista como “soldado da cidadania”, que até hoje povoa o imaginário dos estudantes de comunicação, não esteve afastada da forma como Tim Lopes via o seu trabalho. A lembrança de “Pena Branca” reforça a identidade de Tim Lopes como “herdeiro” de uma tradição de repórteres, que empregam em seus métodos de apuração técnicas de investigação policial<sup>6</sup>. Em seu último trabalho, na Vila Cruzeiro, o repórter da TV Globo usava uma câmera oculta para registrar a venda de drogas e exploração sexual infantil nas imediações de um baile funk.

O recurso da microcâmera já tinha sido utilizado por ele na matéria que consagrou a atuação do repórter como detetive em áreas de conflito. Em dezembro de 2001, Tim Lopes recebeu o Prêmio Esso na categoria Telejornalismo pela matéria “Feira das drogas”, exibida no Jornal Nacional, da TV Globo, em agosto do mesmo ano. O trabalho lhe rendeu homenagens. A imagem do premiado, editada com trechos da matéria vencedora, foi ao ar durante o noticiário mais assistido da televisão brasileira. A premiação fortalecia o papel da reportagem investigativa na formação da identidade profissional do jornalista.

### **“Uma morte em família”**

O assassinato do repórter em 2 de junho de 2002, quando investigava denúncias de tráfico de drogas e aliciamento de menores para a prática de sexo num baile funk no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, desencadeou uma cobertura intensa

---

<sup>6</sup> Figura carismática, com uma mecha branca nos cabelos negros, Pena Branca era famoso por desvendar crimes, encontrar fugitivos e proteger testemunhas. Acabou inspirando o personagem Valdomiro Pena, interpretado pelo ator Hugo Carvana, na minissérie da TV Globo “Plantão de Polícia”, no final dos anos 70. Pena Branca publicou ainda romances como “Barra Pesada” (1977) e “Algemas de carne” (1983).

da imprensa brasileira, notadamente das empresas do grupo de comunicação para o qual o jornalista trabalhava.

O discurso de O Globo passa então a idealizar o trabalho do jornalista convocado para uma missão altruísta e de muito risco. Mais do que isso, o jornal se apropria do assassinato de Tim Lopes para transformar a imprensa como instituição poderosa intervindo sempre em defesa do interesse coletivo. Nesse sentido, os jornalistas apelam para a objetividade, garantem estar comprometidos com os valores democráticos, mas acima de tudo agem em defesa do grupo. As matérias ilustram o modo como os jornalistas exercem autoridade interpretativa diante dos fatos. O editor de Opinião de O Globo, Luiz Garcia, definiu a execução de Tim como uma “morte em família”.

*“Ele era dos nossos, e morreu fazendo o que todos queremos fazer – e nem sempre todos sabemos: descobrir o crime que está oculto e, para o bem coletivo, é necessário contar. A sensação de perda e a tristeza tendem a dominar nossa reação, nossa interpretação do que aconteceu: somos as vítimas, mataram um dos nossos quando fazia o nosso trabalho” (“Somos todos vítimas”. O Globo, 10/06/2002, p.14)*

O jornal reforça a imagem dos jornalistas como profissionais onipotentes, munidos do poder da palavra, cuja missão consiste em “descobrir o crime que está oculto e, para o bem coletivo, é necessário contar”. No entanto, outras instituições, não o jornalismo, têm a atribuição de desvendar crimes. Naturaliza-se assim a prática do repórter policial como investigador de polícia, pois atua como intermediário em favor da coletividade.

A “morte em família”, percebida como sentimento coletivo de luto, deve ser vista, sobretudo, como construção narrativa que fortalece a idéia da comunidade interpretativa. O autor apela todo momento para um discurso na primeira pessoa do plural, conforme destacamos no texto. Entendemos que há um claro indício de autoridade ao ser enfatizado que os bandidos “mataram um dos nossos quando fazia o nosso trabalho”. O jornal busca legitimar os jornalistas como um grupo coeso que deve assumir o papel de interventor na sociedade para investigar crimes.

Ao reivindicar para si o papel de “descobrir o crime que está oculto e, para o bem coletivo, é necessário contar”, o jornal sobrepõe-se a outras instituições como a polícia e o Poder Judiciário. É daí que decorre o “poder moderador” da imprensa (Albuquerque, 2000). Da mesma forma que estampava em sua manchete que o tráfico havia julgado, torturado e

executado Tim Lopes, O Globo também assume o papel de um tribunal, não se limitando a relatar os acontecimentos. Albuquerque afirma que “em face da ineficiência da Justiça, os jornalistas brasileiros se vêem tentados a realizar simbolicamente a justiça que ela não é capaz de fazer” (2000: 48).

E eles apontaram a ineficiência do Judiciário quando da prisão de Elias Maluco, em julho de 2000, pelo seqüestro do filho do então presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira Filho. A Justiça concedeu *habeas corpus* ao traficante por constrangimento ilegal, pois o réu ficou preso durante quatro anos sem ter recebido a sentença da 31ª Vara Criminal do Rio. O presidente da ABI, Fernando Segismundo, acusa diretamente os poderes constituídos pela morte do repórter:

*“O Judiciário tem sido frouxo no julgamento de criminosos. Eles são presos e, em seguida, liberados. No Legislativo, não vimos qualquer empenho ou mobilização para discutir essa situação. Estamos nos transformando numa nova Colômbia” (“Benedita pede desculpas à família de Tim Lopes”. O Globo, 10/06/02, pág. 15)*

O Globo assume uma postura editorial que busca diferenciar o jornalismo de todas as outras profissões, como se apenas os repórteres estivessem habilitados para compreender as reivindicações da sociedade e combater os maus feitores. Como reafirma o editorial “O bom combate”, de 10 de junho de 2002, “o jornalismo é o inimigo preferencial de todos aqueles que querem ocultar e cometer crimes”.

*“Tim Lopes e suas reportagens atendiam aos aspectos mais nobres da missão da imprensa: jogar luz onde alguns querem que continue envolto em nuvens e trevas. (...) E é por esse ângulo que se deve reverenciar Tim Lopes, um soldado da cidadania” (“O bom combate”. O Globo, 10/06/02, pág. 6)*

A associação da imagem do repórter da TV Globo como “herói” ou herdeiro de uma tradição de repórteres investigativos comprometidos com o “verdadeiro jornalismo” se fortalece quando se percebe que o jornal O Globo não está sozinho em sua tentativa de idealizar Tim Lopes e a profissão como um todo. As entidades de classe – como a ABI, a Fenaj, a ANJ e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro – reforçam a idéia da imprensa como sendo os olhos e os ouvidos da sociedade.

Se a categoria jornalista investigativo ganha força, como vimos, a partir dos anos 1970 em função da conjuntura política e econômica do país, podemos refletir até que ponto o caso Tim Lopes representou um momento de consolidação deste tipo de jornalismo nos grandes centros ou um segundo ciclo de estratégia memorável por parte dos produtores de notícias. Aprofundar essa questão exige, contudo, uma pesquisa ampla que merece ser desdobrada em trabalhos futuros. Como considerações preliminares, registramos que, nos meses que se seguiram ao assassinato, articulou-se durante seminário, em parceria com o Centro Knight da Universidade do Texas, a fundação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Criada nos moldes da *Investigative Reporters and Editors* (IRE), a entidade tem como objetivos “o aprimoramento profissional dos jornalistas” interessados no tema “investigação” e a “difusão dos conceitos e técnicas da reportagem investigativa”<sup>7</sup>. A Fenaj, por sua vez, passou a promover, a partir da morte do repórter da TV Globo, o Prêmio Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística.

Quanto à adesão do grupo ao discurso que transforma Tim em mártir do jornalismo, percebemos que, através das notas oficiais das entidades e das declarações dos seus representantes, O Globo adquire poder interpretativo no episódio. Sem condição de expressar suas convicções, comentários e opiniões no noticiário, o jornal deixa que a comunidade interpretativa, ou seja, os sindicatos e associações falem por ele. A convenção noticiosa do uso da terceira pessoa permite aos jornalistas reportar a opinião de outros grupos para legitimar o seu próprio discurso.

Em 3 de julho de 2002, um mês depois do assassinato de Tim Lopes, o jornal dedicou duas páginas para lembrar que a morte do jornalista continuava impune. Os criminosos permaneciam foragidos. A cobertura se baseou em depoimentos de representantes da ABI e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, além de religiosos, parentes e amigos do repórter.

*“O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio, Nacif Elias, da Comissão Tim Lopes, criada para cobrar respostas das autoridades, falou sobre a morosidade das investigações: - É inconcebível que até agora o corpo não tenha sido encontrado e que os assassinos ainda estejam soltos. São 30 dias de angústia e tristeza. Vamos continuar cobrando mais ação das autoridades – afirmou” (“Morte de Tim ainda impune”. O Globo, 03/07/2002, pág. 15)*

---

<sup>7</sup> Artigo 1º do Estatuto da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo ([www.aberji.org.br](http://www.aberji.org.br))

O sistema de citações que confere ao jornalista a possibilidade de interpretar os fatos aproxima as matérias noticiosas dos artigos. Em certos momentos, parece mesmo difícil perceber a diferença entre noticiário informativo e opinião. Os dois modelos passam a ser incorporados na reportagem de O Globo. A mesma dificuldade se impõe para definir quem é o agente principal da fala: o jornal ou as entidades de classe. Os dois modelos se imbricam na defesa e reivindicação de um tipo de autoridade específica para os jornalistas ao “exigir” das autoridades a punição dos culpados. Temos um bom exemplo dos limites nem sempre bem demarcados entre informação e opinião na matéria: “Identificado corpo de Tim”, publicada em 06 de julho de 2002.

*“Em nota oficial, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) informaram que os jornalistas vão se empenhar para transformar a Vila Cruzeiro num marco de cidadania. Segundo a nota, a confirmação da morte de Tim Lopes não significa ‘sepultar seus ideais ou encerrar o trabalho que procurava fazer para diminuir as injustiças sociais’. As entidades afirmam que vão exigir que as autoridades cumpram o seu papel: prender e punir os culpados e garantir a todos a segurança e o exercício da cidadania” (“Identificado corpo de Tim”. O Globo, 06/07/2002, pág.13)*

Na mesma página, outra nota oficial, dessa vez da Associação Nacional de Jornais (ANJ), reproduzida na íntegra, tenta naturalizar a idéia da notícia como um “fiel retrato da realidade” e os repórteres como advogados do povo que têm a prerrogativa da fiscalização. São marcantes, no posicionamento da ANJ, o tom de cobrança e o sentido de onipotência do jornalismo, que avalizam o discurso de O Globo.

*“A ANJ assume o compromisso de participar da guerra pela ordem, pela paz e pela vida. E o fará de forma que lhe é natural e própria: levando à sociedade um fiel retrato da realidade. Custe o que custar” (idem)*

Ao atribuir ao outro – no caso específico, às entidades de classe – uma citação que é, em essência, seu próprio discurso, O Globo fortalece o papel social dos jornalistas. A narrativa produz um efeito de imparcialidade, mas o enunciado se remete a uma re-significação dada pelo jornal, sobretudo em torno da defesa da chamada reportagem investigativa, para reforçar a coesão do grupo.

## Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Imprensa em Transição; o jornalismo brasileiro nos anos 50*. RJ, FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação* nº 4, p. 23-57.

BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. SP, Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público*. Niterói, tese de doutorado, Dep. De História/UFF, 1996.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2003.

CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mithology for Middle America*. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991. 278p. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. *Rev. téc. de A. de Albuquerque*.

HONS, André S. *Le Brésil-Presses et Histoire (1930-1985)*. Paris, Hartmann, 1985.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. In: *Estudos Históricos*, 31, 2003. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV. Pp. 147-160.

\_\_\_\_\_. *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XI Encontro da COMPOS, UFRJ, 2002.

ROXO, Marco Antonio. *Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo*. Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XI Encontro da COMPOS, UFRJ, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ, Civ. Bras., 1966.

TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das no es de objetividade dos jornalistas*. IN Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1987.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of a collective memory*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992. 299p. Cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. P. 1-13. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. *Rev. téc. de A. de Albuquerque*.